

“EDUCAÇÃO INTERCULTURAL”: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR CIDADÃO

Luciana da Conceição Lindoso TEIXEIRA¹
lucianaclteixeira@hotmail.com

Luciano Gabriel Endalécio MARTINS²
luciano_gospel@yahoo.com.br

Regina Helena Pires de BRITO³
reginahelena.brito@mackenzie.br

RESUMO: Neste artigo, aborda-se o tema da interculturalidade, importante para a sociedade atual, em especial quando se trata da “Educação intercultural”, que discorre sobre pontos socioeconômicos e político-sociais e que, além disso, reconhece as diferenças e, também, semelhanças entre os indivíduos, que se dão por meio de gênero, etnia, classe social, dentre outros aspectos. Por meio da Educação é que se inicia o processo de conscientização por uma sociedade mais justa e democrática, a qual busca trabalhar as diferenças culturais e promover uma educação que seja coerente e cidadã. Por isso, este texto tem como abordagem metodológica uma revisão bibliográfica sobre o tema, em que se destacam os seguintes autores: Candau (2008), Freire (2011), Ishii (2017) e Walsh (2009). A partir deste contexto, deseja-se apontar aspectos relevantes para a formação dos educadores, ajudando-os a construir um cenário que tem como objetivo a diversidade cultural nos ambientes escolares, onde professores possam fazer uma reflexão crítica com seus educandos, pensando na temática transversal do “multiculturalismo”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Intercultural. Educadores. Diferenças culturais.

“INTERCULTURAL EDUCATION”: CONTRIBUTION TO THE FORMATION OF A CITIZEN EDUCATOR

ABSTRACT: In this article, the theme of interculturality, important for today's society, is addressed, especially when it comes to "Intercultural Education", which discusses socioeconomic and political-social points and which, in addition, recognizes the

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie orientada pela Profa. Dra. Regina Helena Pires de Brito; Mestre em Letras pela Universidade Federal de São Paulo em Linguagens em Novos Contextos.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, orientado pela Profa. Dra. Regina Pires de Brito; Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com tema “Educação ambiental na perspectiva indígena”. Licenciado em Letras com habilitação em Português e Espanhol e bacharel em Editoração de texto. Atualmente, professor de Língua Portuguesa e Língua Espanhola em redes particulares de ensino. E-mail: luciano_gospel@yahoo.com.br.

³ Pós-Doutora pela Universidade do Minho (Braga-Portugal), Doutora e Mestre em Linguística pela FFLCH-USP. Professora Adjunta III, docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM. Membro da CPCLP – Comissão para a Promoção do Conteúdo em Língua Portuguesa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa|Câmara Brasileira do Livro. Atualmente, professora no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

differences and also similarities between individuals who are given through gender, ethnicity, social class, among other aspects. Through Education, the process of raising awareness for a more just and democratic society begins, which seeks to work on cultural differences and promote an education that is coherent and citizen. Therefore, this text has as a methodological approach a bibliographic review on the subject, where the following authors stand out: Candau (2008), Freire (2011), Ishii (2017) and Walsh (2009). From this context, we want to point out relevant aspects for the training of educators, helping them to build a scenario that aims at cultural diversity in school environments, where teachers can make a critical reflection with their students, thinking about the transversal theme of “multiculturalism”.

KEYWORDS: Intercultural Education. Educators. Cultural differences.

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a “Educação Intercultural” é abordar, de forma coerente, um assunto que interfere diretamente no processo e na relação entre os indivíduos, valorizando de fato suas crenças e histórias de vida, podendo ser definida, muitas vezes, como uma educação que ultrapassa a “fronteira” ou o limite que existe numa sociedade que prefere trabalhar somente com assuntos específicos da cultura local, ou seja, este tipo de educação é a que valoriza as diversas culturas e foge de preconceitos, justamente por ser diferenciada.

Sendo assim, é possível ter a junção entre o ensino e a diversidade cultural não só em ambientes escolares, mas também em outros lugares, onde são notáveis os diversos pontos de vista e as contribuições de cada cidadão, com os seus modos, crenças e histórias de vida. É necessário pensar que o tema da “Educação Intercultural” está em crescente debate e observar que diversos autores tratam do tema elencado: Candau (2008), Freire (2011), Ishii (2017) e Walsh (2009).

Acrescenta-se, ainda, que nos últimos anos tem se dado um processo considerável de migrantes ao Brasil, os quais sofrem discriminações no dia a dia quando chegam aqui.

Por isso, é importante levar em consideração, por exemplo, a etnia, a classe social, o gênero, as características físicas, buscando a valorização do “outro”.

Para se ter uma educação que seja intercultural, é necessário observar dois aspectos pontuais na escola: a formação do educador consciente para a cidadania e, também, o currículo escolar, fundamentado no respeito às diversidades culturais, abrangendo, assim, o leque de componentes curriculares voltados à formação que trazem como eixos temáticos o respeito à diversidade, à cidadania e às diversas culturas.

Paulo Freire (2003, p. 111) lembra que “[...] o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo”, conceito que justifica a escolha do termo “educador”, no título deste artigo, como aquele que, por meio do conhecimento, participa da transformação dos indivíduos e, por conseguinte, do mundo.

Outro dado relevante, considerado na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), editada em 19 de dezembro de 2018, encontra-se, por exemplo, nos componentes curriculares de Língua Inglesa, Geografia e Arte, em que se observam a inserção do eixo da “Dimensão Intercultural”, fortalecendo a noção de “Educação Intercultural”:

A proposição do eixo Dimensão Intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais. (BRASIL, 2018, p. 247).

Ao fazer a leitura do trecho acima, é possível destacar dois tópicos relevantes: a interação entre as pessoas e a (re)construção social. O primeiro salienta que não existe uma cultura “dominadora” ou “melhor” do que a outra, senão uma cultura que se envolve com a

outra e respeita sua identidade, diversidade e o repertório linguístico de cada indivíduo; o segundo sugere que se (re)construa uma Educação Intercultural que tenha mais pluralidade entre os cidadãos.

Enfim, para conscientizar uma sociedade, é necessário que haja, por exemplo, diálogos, debates sobre a diversidade cultural e combate às desigualdades sociais, com o apoio e a mobilização da escola, da sociedade e, principalmente, dos educadores de diversas áreas, que são as peças fundamentais nesse processo de ensino-aprendizagem, a fim de construir uma boa relação com a “fronteira”, diminuindo essa noção da separação e da desigualdade entre os indivíduos.

2 A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

O papel da escola é prover aos alunos a apropriação da cultura e da ciência acumuladas historicamente, como condição para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, e torná-los aptos à reorganização crítica de tal cultura. (LIBÂNEO, 2012, p. 25).

Iniciar esta seção com a citação de Libâneo, filósofo e educador brasileiro, que defende com primazia a pedagogia crítica-social é de relevância para este trabalho, uma vez que reforça que, para ter uma Educação Intercultural de qualidade, os alunos precisam se apropriar da cultura e da ciência e desenvolver, conforme o autor, aspectos como afetividade e a crítica positiva de tal cultura.

Nesse ponto, o papel da escola é fundamental, pois ela se torna uma mediadora deste tipo de reflexão e de conhecimento sobre o ensino intercultural e suas peculiaridades para, assim, favorecer possíveis mudanças em atitudes e pensamentos dos educandos e educadores.

Complementarmente, Paulo Freire (2007, p. 157) já destacava que, para se ter um bom entendimento educacional, é necessário ter “uma criação histórica que implica decisão política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns”. Ou seja, quando Freire ressalta que a organização deve partir de cada grupo cultural, em outras palavras, ele destaca a importância de cada grupo social, mostrando que é necessário ter uma interação entre os sujeitos no processo de aprendizagem de algum conhecimento e menciona que os indivíduos devem ter o mesmo objetivo de aprender a ser mais respeitosos entre si.

Outro tema interessante é trazido por Candau (2008), quando menciona o “multiculturalismo”, um tema transversal que trata da inserção da cultura de diversos grupos, respeitando, assim, as políticas públicas e a formação histórica do local. A autora salienta que “[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica ‘desculturizada’, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade” (CANDAU, 2008, p. 13).

Sendo assim, para a autora, não existe uma educação sem os processos culturais, o que quer dizer que as diversidades culturais de cada pessoa são fundamentais para a construção de aprendizado, e, além disso, a sociedade e a cultura são aliadas e contribuem para uma educação de qualidade e que se debruça na multiculturalidade.

Charles Taylor, na obra “Multiculturalismo, examinando a política de reconhecimento”, destaca que:

Quaisquer que sejam as formas de multiculturalismo, este está sempre relacionado com a política das diferenças e o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas, classistas e outras. Por isso, a discussão sobre o multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e cultural para a formação da cidadania como pedagogia antirracista. A questão da identidade é de grande importância para

equacionar os problemas da educação. Num país como o Brasil, ou melhor, em todos os países do mundo hoje plurais, as relações entre democracia, cidadania e educação não podem ser tratadas sem considerar o multiculturalismo. No entanto, cada país deve formular os conteúdos do seu multiculturalismo de acordo com as peculiaridades de seus problemas sociais, étnicos, de gêneros, de raça, etc. (TAYLOR, 1998, p. 94).

Para o autor, muitos temas devem ser levados em consideração como, por exemplo, a questão da identidade, das relações democráticas e de cidadania, a política das diferenças, dentre outros. Realçam-se esses aspectos, pois é necessário pensar: 1) Quais identidades estão sendo discutidas? Ou, em outras palavras, há alguma identidade superior a outra? Além disso: 2) Quais as relações democráticas e de cidadania são necessárias para uma boa convivência social? Será importante reconhecer os valores e culturas de outras sociedades para se viver democraticamente? E, enfim: 3) Por que falar de políticas de diferenças? Uma vez que as diferenças contribuem para a construção de novos conhecimentos.

Esses assuntos e muitos outros permeiam a sociedade e necessitam de uma atenção especial. Talvez, o melhor aqui não seria responder assertivamente a tais perguntas, mas sim aprender a viver e a conviver com as pessoas, reconhecendo que todos possuem suas diferenças culturais.

Neste aspecto, o tema da “diversidade cultural” está relacionado diretamente, por exemplo, com as lutas das classes sociais, como demonstra Taylor, pois busca, na maioria das vezes, priorizar uma cultura em relação a outra, tendo uma possível “colonização” de uma cultura que se considera mais acentuada.

Por fim, neste momento, a Educação Intercultural será a principal colaboradora para sanar e diminuir as dificuldades apresentadas sob esta temática, sem ignorar que existem, sim, as peculiaridades dos seres humanos, como os problemas “sociais, étnicos, de gêneros, de raça e de classes”, conforme mencionado por Taylor.

3 “QUEBRANDO” E “CONSTRUINDO” AS FRONTEIRAS

Como foi observado no item anterior, discutir sobre a importância das classes sociais e étnicas é um aspecto fundamental, pois é preciso minimizar o poder da “colonialidade”, conforme apontado por Quijano em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (2005), mostrando que uma classe social ou etnia é dominante sobre as outras, em contrapartida, é possível agir com respeito às diferenças e observar que se aprende mais com as pessoas quando existe alteridade.

Sendo assim, a escolha dos dois vocábulos “quebrando” e “construindo” para esta seção é intencional, uma vez que é necessário “quebrar” as barreiras da desigualdade social e “construir” laços de fraternidade, visando o “outro” para, assim, ter uma sociedade mais justa e democrática.

A definição de “fronteiras pode ser explicada sob a perspectiva de Mia Couto na obra “Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras”, conforme segue:

Nosso pensamento, como toda a entidade viva, nasce para se vestir de fronteiras. Essa invenção é uma espécie de vício de arquitetura: não há infinito sem linha do horizonte. Desde a mais pequena célula aos organismos maiores, o desenho de toda a criatura pede uma capa, um invólucro separador. A verdade é esta: a vida tem fome de fronteiras. É assim que se passa e não haveria nada a lamentar. Porque essas fronteiras da natureza não servem apenas para fechar. Todas as membranas orgânicas são entidades vivas e permeáveis. São fronteiras feitas para, ao mesmo tempo, delimitar e negociar. O “dentro” e o “fora” trocam-se por turnos. (COUTO, 2012).

Com esta explanação, o autor nos mostra de forma eficaz que as fronteiras são “feitas para, ao mesmo tempo, delimitar e negociar”. Traduzindo esse pensamento, podemos mencionar que elas são os ambientes propícios para a troca de conhecimentos e

que aprendemos com as outras pessoas em uma relação intercultural. Na verdade, não existiria, por exemplo, sentido na vida ou na linguagem se não fossem compartilhadas as diversas culturas, por isso, é certo que o ser humano precisa do outro para se ter uma sociedade democrática e cidadã.

Sob a ótica de Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”, ao relatar sobre a “consciência do outro no mundo”, observa-se que:

A consciência do outro e de si são as chaves apontadas por Freire (2014) para fazer-nos sujeitos da história e para sermos uma presença no mundo; concepção que se aplica perfeitamente à relação com os refugiados: Consciência do outro e de si como um ser no mundo, com o mundo e com os outros, sem o qual seria apenas um *ser aí*, um ser no *suporte*. Por isso, repita-se, mais do que a um ser no mundo o ser humano se tornou uma *presença* no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a *outra* presença como um “não-eu”, se reconhece como “si-própria”. (FREIRE, 2014, p. 130, grifos do autor).

Isto significa que todos os seres humanos são importantes no processo de interação, por isso, deve-se reconhecer a cultura e as peculiaridades do próximo, ainda mais, se esta pessoa estiver na condição de refugiada como é referido por Freire, devendo ser acolhida pelo outro e, por conseguinte, respeitada.

Catherine Walsh (2009), ao falar sobre a “interculturalidade”,

[...] assinala e significa processos de construção de conhecimentos “outros”, de uma prática política “outra”, e um poder social “outro”, de uma sociedade e um sistema de vida “outros”. Em suma, marca formas distintas de pensar, agir e viver em relação aos padrões de poder que a modernidade e a colonialidade instalaram. (WALSH, 2009, p. 232).

Seguindo a ideia de Walsh, esse processo de interculturalismo funciona para conhecermos o “outro” e, assim, permitir que a sociedade aprenda a pensar e a agir de forma distinta, fugindo da relação do poder da “colonização”, fazendo com que a fronteira

seja um lugar de “acolhimento” entre as vidas diferentes, e não um local de exclusão, isto é, um ambiente que valorize a diversidade cultural.

Por outro lado, Ishii (2017, p. 121), ao falar sobre a questão das diferenças entre as pessoas, enfatiza que: “O ensino intercultural, não apenas de línguas, se caracteriza pela mediação entre igualdade e diferença. Igualdade de direitos ou igualdade pelo ‘direito a ter direitos’, bem como o direito a ser diferente, não padronizado”. (grifo nosso). Em relação a esta citação, o trecho mencionado ressalta que todos deveriam ter o direito de ser “diferente” com seus próprios estilos, crenças e escolhas.

4 O PAPEL DO EDUCADOR CIDADÃO NESTE CONTEXTO INTERCULTURAL

De acordo com Nascimento (2000, p. 221-222), é possível observar que, para se tornar um educador cidadão que aja de forma democrática, será necessário pensar em uma verdadeira democracia que passa, obrigatoriamente, pelo multiculturalismo e pela efetiva implantação de políticas compensatórias ou de ação afirmativa, para possibilitar a construção de uma democracia plena para todos os grupos discriminados.

Desse modo, o papel do educador cidadão perpassa por uma educação multicultural, ou seja, um educador que não pense isoladamente, senão em um grupo social, e, mais do que isso, que seja um idealizador e propagador a favor das diversidades culturais.

Abreu Junior (2006), levando em consideração a cultura, a educação e a formação humana, ressalta, ainda, que:

A questão que se propõe como primeira é a necessidade urgente de se pensar em: qual o valor dos conhecimentos e da cultura escolar para a formação humana e para a vida em sociedade? É necessário esclarecer que nessa questão há duas concepções de formação humana embutidas: tanto aquela entendida a partir de um viés utilitarista, qual seja, a

necessidade de se adquirir os fundamentos necessários às interações pessoais e profissionais da vida em sociedade; como também, e principalmente, mais do que no item anterior, entender a formação humana no seu sentido ético de necessidade da convivência social em que esteja implícita a aceitação das – assim como o respeito às – diferenças. (ABREU JUNIOR, 2006, p. 173)

Neste ponto, faz-se necessário mencionar, conforme o autor, que a formação humana se dá por meio da “necessidade da convivência social”, a qual subentende estar relacionada ao respeito às diferenças e à interação da humanidade, e, por isso, é importante trabalhar com o tema da educação (inter)cultural na escola.

Ester Buffa acentua e complementa que a escola “é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão” (BUFFA *et al.*, 2007, p. 79). Por isso, o educador, por meio de sua metodologia, no ambiente escolar, poderá contribuir de forma cidadã e democrática para com o processo de ensino-aprendizagem do estudante e, dentro desse aspecto, abordar os temas da Educação Intercultural, bem com o tema transversal do “multiculturalismo” apresentado pela BNCC (2018).

Para refletir melhor sobre o papel de um educador cidadão, Paulo Freire, em “Pedagogia da Autonomia”, aponta:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo.... Contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. (FREIRE, 2011, p. 115)

Sendo assim, um educador não deve ser neutro em seus ensinamentos; ele precisa se posicionar de forma coerente e política para contribuir com o processo de formação e de conscientização de seu grupo de educandos e, além disso, precisa ser “contra qualquer forma de discriminação [...] ou das classes sociais”. Posto isto, o professor pode ser peça

fundamental para diminuir as desigualdades sociais e culturais nos ambientes escolares no Brasil, podendo contribuir para uma educação que valorize as diferenças entre os seres humanos de forma integradora.

Em complemento à educação que se viabiliza por meio da cidadania, Paulo Freire afirma que:

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, 1955, p. 74)

É fundamental, de acordo com Freire, que exista educação no sentido mais amplo, uma educação que transforma e conscientiza para que, assim, tenha uma construção da cidadania, frisando que a educação sozinha não faz cidadania, senão em conjunto com os educadores e com a sociedade para obter um respeito à diversidade cultural.

Enfim, uma possível orientação didática que o educador cidadão poderia fazer como ponto inicial seria trabalhar com a linguagem, pois, ao se deparar com o “outro” (migrantes, refugiados, imigrantes, etc.) no contexto de uma Educação Intercultural, poderá recorrer ao conceito de Português como Língua de Acolhimento - PLAc, conforme aponta Grosso (2010, p. 20), na obra “Língua de acolhimento, língua de integração”, mencionando que “[...] a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional”.

Para Grosso, a língua é a “porta de entrada” para uma interação real, e pode-se entender que será o primeiro momento que as pessoas trabalharão com o respeito das diversidades culturais, pois através da linguagem se conhece a humanidade e suas condições de vida. No entanto, além da ideia fornecida por Grosso sobre a Língua de

Acolhimento, existem outras formas para se trabalhar uma Educação Intercultural; sendo assim, o educador cidadão deve estar atento ao contexto, ao tipo de ensino, às séries, ao grupo de estudantes e, sobretudo, deve respeitar as diversidades de cada indivíduo, agindo de forma democrática durante o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental resgatar as “vozes oprimidas”, quando se traz a importância de uma Educação Intercultural, objetivando alcançar as pessoas que, muitas vezes, não têm voz e ficam à mercê de uma educação limitada ou básica.

Com a chegada de muitos migrantes no contexto atual, é preciso se debruçar nos horizontes das diferenças culturais e buscar minimizar os problemas de discriminação, rejeição e exclusão social. Além disso, é necessário adentrar o universo do “multiculturalismo” e trabalhar as várias possibilidades nos ambientes escolares e sociais.

Dessa forma, pode-se entender que a Educação Intercultural e o tema do “multiculturalismo” possibilitam o diálogo entre a população que é heterogênea, contribuindo para a construção de uma sociedade que reflete sobre a diversidade, levando em consideração os Direitos Humanos como fundamentação.

Portanto, é possível entender, segundo as palavras de Sacristán (2001, p. 220), que a “aprendizagem passa a ser conhecimento quando tem um sentido para quem o adquire; o que significa que ilumina algo novo, ou faz de outra forma ou com um tipo de compreensão mais profunda, o que já se conhece por experiências prévias”.

Por fim, pode-se perceber que é necessário ter uma Educação Intercultural, porque com ela se tem, de fato, uma aprendizagem, tendo em vista que, com o “outro”, aprende-se

“algo novo” e aprofunda-se em novas experiências que façam sentido na vida, valorizando a diversidade cultural e suas variadas facetas.

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, L. de M. “Cultura, educação e formação humana: a composição de um plano de interações complexas”. *In*: PORTES, Écio Antônio (org.). **Diálogos sobre ensino, educação e cultura**. Rio de Janeiro: E-papers. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BUFFA, E. *et al.* **Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v.19)

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

COUTO, M. Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras. *In*: MACHADO, C. E. (org.). **Pensar a cultura**. Porto Alegre: Arquipélogo Editorial, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/ceHC9L>. Acesso em 06 jul. 2017.

FREIRE, P. A construção de uma nova cultura política. *In*: Fórum de Participação Popular nas Administrações Municipais. Poder local, participação popular e construção da cidadania. s/l, 1955.

FREIRE, P. Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire. *In*: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

ISHII, R. A. Interculturalidade e Ensino de Línguas. *In*: Albuquerque, G. R. de; Messina, M. (2017). APRESENTAÇÃO. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, 5(1). <https://doi.org/10.29327/216343.5.1-1>.

LIBÂNEO, J. C. “O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres”. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, 2012.

NASCIMENTO, A; NASCIMENTO, E. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil. *In*: MENEZES. A.; HUNTLEY, L. (org.). **Tirando a Máscara**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **Educar y convivir en la cultura global**. Madrid: Ediciones Morata, 2001.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Univ. Andina Simon Bolívar- Ediciones Abya Yala, 2009.